

**A IMPORTÂNCIA DA RÁDIO E  
DA TV PRÓPRIAS PARA A  
IMAGEM DO SENADO  
FEDERAL**

ANTONIO PEREIRA DE PAULA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

**A IMPORTÂNCIA DA RÁDIO E DA TV PRÓPRIAS PARA A  
IMAGEM DO SENADO FEDERAL**

AUTOR: ANTONIO PEREIRA DE PAULA

**MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DO CURSO MBA – GESTÃO DA COMUNICAÇÃO  
NAS ORGANIZAÇÕES**

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Iasbeck

Brasília, 18 de junho de 2003.

## RESUMO

O senado é uma instituição muito antiga, sempre entendida como um colegiado em que se encontram pessoas com maior experiência de vida, por isso mesmo, propensas a maior ponderação naquilo que recomendam.

A imagem do Senado brasileiro nos dias atuais passa por uma transformação estimulada pela maior visibilidade possibilitada pelos modernos meios de comunicação. Neste caso específico, trata-se de estabelecer a relação entre o uso de meios próprios de comunicação e a imagem que os cidadãos passam a fazer da instituição com base nas informações assim recebidas. Foram tomados como base para o estudo a utilização dos meios mais populares, ou seja, o rádio e a televisão. O Serviço 0800 – Senado recebe um bom *feedback*, apesar de não ser estratificado como seria desejável numa pesquisa, para a avaliação da importância dos meios de comunicação próprios para a definição da imagem institucional.

*Dedico este trabalho à Margô, minha  
mulher, que há tantos anos vem percorrendo  
comigo os caminhos do mundo e da vida,  
principalmente em trechos difíceis, mas que  
abriu mão de muitas horas de convivência,  
para que eu pudesse concluir mais esta etapa  
em minha formação.*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a todos os professores do curso MBA “Gestão da Comunicação nas Organizações”, mas especialmente ao Prof. Luiz Carlos Assis Iasbeck, orientador deste trabalho. Agradeço também à Chefe do Serviço 0800 do Senado, também professora do curso, Ana Lúcia Novelli, e ao Diretor da Rádio Senado, Max Fabiano Barros Gomes, que me forneceram informações fundamentais para que este trabalho fosse levado a bom termo.*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1 O SENADO COMO INSTITUIÇÃO .....	11
1.1 História do Senado brasileiro .....	12
1.1.1 O Senado no Império .....	12
1.1.2 O Caráter Aristocrático do Senado Imperial .....	13
1.1.3 O Senado na República até a Constituição de 1988 .....	14
1.2 O Senado na atualidade .....	17
2 A QUESTÃO DA VISIBILIDADE – A IDÉIA DE INOPERÂNCIA.....	20
3 A RÁDIO SENADO .....	27
3.1 Da programação da Rádio Senado.....	28
3.2 Transmissão em ondas curtas .....	29
4 A TV SENADO.....	32
4.1 Sobre a Televisão .....	32
4.2 TV Senado e a transmissão direta – predominância do “ao vivo” .....	34
4.3 Da veiculação da TV Senado.....	37
4.4 Sobre a programação da TV Senado .....	38
5 MUDANÇA DA IMAGEM INSTITUCIONAL COM A POSSIBILIDADE DE ACOMPANHAMENTO PELO PÚBLICO .....	41
5.1 O Discurso Institucional na Atualidade .....	43
5.2 A Renovação Ocorrida com a Eleição de 2002 .....	45
6 OS FATOS RECENTES E A COBRANÇA DE UMA POSTURA ÉTICA PELOS FORMADORES DE OPINIÃO E PELA POPULAÇÃO .....	47
7 <i>FEEDBACK</i> POSSIBILITADO PELO 0800.....	51
8 UMA PEQUENA AMOSTRA DE RECEPTIVIDADE .....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	58
BIBLIOGRAFIA .....	61
ANEXO.....	62

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende descrever o esforço de comunicação do Senado, em sua história recente, para a construção e consolidação de uma imagem com características positivas e baseada na importância do comportamento ético de seus integrantes, demonstrando seriedade e, ainda, que se pode extirpar de seus quadros aqueles que não honram o papel que os cidadãos lhe atribuíram.

É necessário ressaltar que o Senado tomou a iniciativa de abrir para a população a possibilidade de acompanhar, em tempo real, suas atividades, com a criação quase simultânea de uma rádio e uma tevê, para mostrar ao cidadão os fatos, no momento mesmo em que se desenrolam na instituição, sem o filtro da notícia ou da análise jornalística como era a única possibilidade existente há poucos anos atrás.

Foram criados, também, um jornal que circula de segunda a sexta-feira, com tiragem que já chegou à marca de 68.000 exemplares e que é distribuído gratuitamente nos órgãos públicos e em locais de grande afluxo de pessoas, como aeroportos, e a Agência Senado de notícias. Além disso, há uma infinidade de informações disponibilizadas no *site* da Internet, que dão uma idéia da vida da instituição para aqueles que o visitam.

Dessa forma, caracteriza-se a transparência tão desejável na vida política de qualquer nação.

Hoje, ainda, o Senado assume um papel de liderança incontestável, pela organização da rede Interlegis, por meio da qual se pretende integrar todos os órgãos legislativos do país, estaduais e municipais, além das próprias entidades federais que detêm a função legislativa.

Para se ter uma idéia da necessidade de ampliar as informações sobre os centros de discussão e de decisões que influem na vida dos brasileiros, vale a pena transcrever trecho de Figueiredo (1994)<sup>1</sup>, que demonstra o pouco caso que os brasileiros devotam à área política:

“Pelo menos no Brasil, a política não tem despertado muito interesse da população em ano que não tem eleição. Pesquisa nacional realizada pelo IBOPE, de novembro de 1993 – em meio à CPI da corrupção, portanto –, indicava que 68% dos brasileiros tinham pouco (23%) ou nenhum (45%) interesse por política. Ou seja, quase metade do eleitorado não dá a mínima para o tema.”

É possível afirmar que esse quadro se mantém o mesmo, pois a maior parte dos cidadãos só se manifesta sobre o assunto nas proximidades das eleições.

Um retrospecto sobre a evolução da representação política se torna importante para entendermos a necessidade de assembleias ou câmaras que se aproximem mais dos cidadãos representados, já que não mais é possível o exercício da cidadania em praça pública, como na Grécia antiga.

O Senado pode ser considerado uma instituição quase tão antiga quanto a humanidade. Por isso, vale a pena abordar algumas de suas características, que, depois, serão objeto de capítulo específico.

Mesmo sem a denominação que lhe deu tanta importância a partir do Império Romano, constitui-se em um colegiado, no qual se reúnem as pessoas mais idosas que representam a sociedade e, como tal, tem sua origem nos conselhos de anciãos que exerciam a função de aconselhamento e que participavam das decisões mais difíceis a serem tomadas pelas comunidades organizadas desde tempos imemoriais e mesmo nas sociedades mais primitivas. A imagem que se tem só pode ser a de um centro de sabedoria, de que participam as pessoas mais sensatas e comedidas, sem os arroubos e o entusiasmo, às vezes até imprudentes, dos mais jovens.

Na época moderna ou na atualidade, o Senado existe nos países em que o Poder Legislativo está organizado de forma bicameral e serve como um contraponto à Câmara dos Deputados, ou que outro nome se dê à câmara dos representantes da população. Geralmente o Senado se compõe de representantes das entidades federadas, já em idade mais madura, que lhes permita a ponderação e a análise mais abrangente sobre questões de interesse da sociedade ou da nação.

---

<sup>1</sup> FIGUEIREDO, Rubens. *O que é Marketing Político*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos) (p.85 e 86)



No Brasil, o Senado existe desde o período imperial, com características diferenciadas, pois que seus componentes não eram eleitos por voto amplo ou universal como nos dias atuais.

Com as interrupções ocorridas no sistema político brasileiro, pela adoção de regimes ditatoriais ou autoritários, o Senado sempre tem de fazer um esforço descomunal, para recuperação de sua imagem e demonstração da importância de sua existência para os cidadãos brasileiros.

Atualmente, sua maior força reside na possibilidade de resguardar os interesses dos estados menos populosos, cuja representação na Câmara dos Deputados, por ser proporcional à população, poderia ser distorcida a favor dos mais populosos e, geralmente, mais ricos. Por isso mesmo, o Senado é responsável por um maior equilíbrio nas decisões do Congresso, já que, além da maior experiência de vida de seus integrantes, todos os estados têm igual número de representantes. É a casa que representa a federação, símbolo da igualdade entre os estados-membros.

Mas a luta maior do Senado no cenário político brasileiro se vem dando no sentido de “limpar” a imagem que se construiu no seio da sociedade de que, em princípio, grande parte dos políticos são pessoas de baixa qualificação moral.

É necessário destacar que o Senado já teve em seus quadros baluartes da vida política brasileira, como o próprio Rui Barbosa, Pe. Antônio Feijó, Nicolau Vergueiro, Afonso Arinos, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, e outros, que seria por demais extenso enumerar. Quanto às manchas em sua imagem e os curtos períodos em que teve de extinguir-se ou ficar latente, como na fase mais recente de ditadura, sempre se mostrou capaz de ressurgir das cinzas, para continuar cumprindo seu papel em favor da sociedade ou para que os interesses dos estados menores, dentro daquilo que houvermos por bem chamar de federação, não fossem simplesmente ignorados.

Aproveitaremos para abordar a renovação ocorrida na última eleição, que conferiu ao Senado um ar mais jovem e menos conservador e circunspecto, que era uma de suas principais características. Muito provavelmente, essa renovação deve ter atendido a uma necessidade dos tempos modernos, em que a rapidez da evolução da humanidade exige, também, decisões mais rápidas e a participação de pessoas que possam estar em dia com a evolução tecnológica. É um fator que influirá na imagem do Senado e o tornará mais

consentâneo com a época atual, com as expectativas da população em relação aos seus representantes.

Procurou-se, na elaboração deste trabalho, levar em conta o público potencial, já que o ideal seria esses meios de comunicação atingirem toda a população brasileira. Mas as limitações de antena parabólica ou tv por assinatura, já excluem parcela significativa da população que detém menor poder aquisitivo. A Avaliação da reação do público baseou-se num instrumento de manifestação espontânea, no caso o Serviço 0800 – A Voz do Cidadão, do Senado e em questionário respondido por *e-mail* de um grupo de pessoas com formação universitária e ligadas ao serviço público, que poderia oferecer uma idéia enviesada, se os resultados fossem generalizados para a população como um todo, mas pode servir para medir o potencial da Rádio e da TV Senado como serviços informativos à população e a aceitabilidade de seu formato.

# 1 O SENADO COMO INSTITUIÇÃO

O Senado é uma instituição das mais antigas na história da humanidade. Pode-se considerar os conselhos de anciãos das sociedades mais rudimentares como uma espécie de “senado”, onde entrava em jogo toda uma experiência de vida para tomar as decisões mais sábias em favor da comunidade. Havia como que uma aura de sacralidade em torno dessas instituições rudimentares, e suas decisões não admitiam contestação.

Já na Grécia antiga, as principais cidades tinham 400 senadores (100 de cada tribo, ou classe) escolhidos pela sorte – desígnio dos deuses –, homologados pela assembléia popular e que os “arcontes” (dirigentes) deviam consultar com relação às medidas de governo e antes da promulgação das leis.

O Senado romano, por sua vez, composto inicialmente por 100, e depois por 300 membros, tinha seus integrantes escolhidos pelo rei dentre os chefes das gentes (*pater familiae* ou *pater conscriptis*, de que falava Cícero). Cabia-lhe as funções de Conselho de Estado.

Na organização política moderna, o Senado existe nos parlamentos bicamerais. (A Inglaterra, mantendo viva a tradição histórica da monarquia, conserva a divisão de seu

parlamento em duas câmaras, mas com outro significado: Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns.)

Mesmo assim, o Senado preserva um certo significado, podemos dizer até um espírito aristocrático, tanto que, nos Estados Unidos, cuja organização política em muito inspirou a construção do Estado brasileiro, o voto direto para a escolha dos senadores só foi instituído em 1913, pela Emenda de nº 17 à Constituição.

## 1.1 História do Senado brasileiro

Já nos primórdios do Brasil-Colônia, encontramos vestígios ou indícios de organização social em que pesa significativamente a experiência das pessoas. Paulino Jacques (1977)<sup>2</sup>, ensina que “nas cidades e vilas, o **Senado da Câmara** (grifo nosso) exercia a administração local, que lhe era afeta, e influía na vida política da capitania”. E torna-se interessante notar, ainda, que segundo Rocha Pombo, citado por Paulino Jacques, a Câmara “era reconhecida como representante imediata do povo”, não por força de lei, porém, “pelo costume da terra” (POMBO. **História do Brasil**, vol. III, p. 286).

### 1.1.1 O Senado no Império

O Poder Legislativo instituído pela Constituição de 1824 compunha-se de duas Câmaras: a dos Deputados, eletiva e temporária, e o Senado, vitalício e de nomeação do Imperador, com nomes escolhidos pelo Imperador de lista tríplice resultante de eleição. Daí, a idéia de ser o Senado o coroamento de uma vida política ou o prêmio por serviços de vulto prestados à Nação.

Por outro lado, a preocupação com a manutenção de privilégios e reserva de espaço político já se fazia sentir na época, como no episódio em que se discutia projeto que favorecia as representações locais, delimitando unidades menores do território para a eleição de deputados (distritos eleitorais). Muito representativo do pensamento da elite política de então é um trecho de NEVES e MACHADO (1999)<sup>3</sup>. “No Senado, a comissão encarregada de examinar o assunto julgou que os

deputados e senadores não sairão mais dentre as pessoas notáveis e bastante conhecidas para se fazerem aceitas por uma província inteira; os empregados subalternos, as notabilidades de aldeia, os protegidos de alguma influência local serão os escolhidos.”

### 1.1.2 O Caráter Aristocrático do Senado Imperial

Uma característica que também sobressaía do Senado imperial é que era uma Casa em que predominava a nobreza, se bem que, no Brasil, os títulos não eram transmitidos por descendência, mas sempre conferidos pelo Imperador, como reconhecimento de virtude, talento, honra e mérito. Por isso, quem ingressasse no Senado, se não possuísse títulos, rapidamente os recebia das mãos do Imperador. Tanto que, no período de 1826 a 1889, de um total de 20 presidentes da Casa, 17 tinham títulos de nobreza, ou seja, 85% do total.

O caráter aristocrático se manifestava das mais diversas formas. Em 1841, um decreto distinguiu os membros do Senado com o tratamento de Excelência, ao invés de Senador. Manuel de Assis Mascarenhas, em 1860, afirmou: “não sou deputado, sou senador, faz sua

---

<sup>2</sup> JACQUES, Paulino. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1977, 8ª. Ed. (p. 67).

<sup>3</sup> NEVES, Lúcia Maria B.P. e MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (p.245)

diferença”. E destacou a vitaliciedade do cargo: “O Deputado morre, o senador não morre.” (NEVES e MACHADO, 1999)<sup>4</sup>

Com a vitaliciedade dos Senadores, era possível fazer uma analogia, um paralelo com o poder religioso, representado pelo clero. Uma vez que adentrassem a instituição, os senadores só perdiam essa condição com a morte. Se o clero detinha o poder religioso pela adoção da religião oficial então vigente, o Senado detinha parcela significativa do poder civil e das honrarias a ele inerentes, com caráter de vitaliciedade.

### 1.1.3 O Senado na República até a Constituição de 1988

A Constituição de 1891 deu nova organização ao Estado brasileiro, antes monárquico. O Poder Legislativo manteve a divisão em duas câmaras, porém os senadores não mais teriam a prerrogativa da vitaliciedade. O mandato passou a ser de nove anos. (Cada estado tinha três senadores, e a renovação se dava por terço, a cada três anos, concomitantemente com a eleição para deputados.)

A Revolução de 1930 trouxe, como uma de suas conseqüências, a dissolução do Congresso Federal, além das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. O governo passou a acumular os Poderes Executivo e Legislativo. Em 1932, entrou em vigor o Código Eleitoral (Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932), que introduzia, entre outros, os seguintes princípios: a) sufrágio universal aos 21 anos, incluindo as mulheres; b) voto direto e secreto; c) inscrição e voto obrigatórios; d) representação proporcional partidária, com candidato avulso; e) justiça eleitoral.

---

<sup>4</sup> *Idem, ibidem* (p. 272)

Era uma tentativa de moralizar as eleições, ampliando a representatividade e no sentido de evitar as manipulações, pois as eleições antes estavam sujeitas à vontade dos “coronéis”.

A Constituição de 1934, de vida curta, estabelecia, em seu artigo 88, que o Senado tinha as funções de prover a coordenação dos poderes, manter a continuidade administrativa e velar pela Constituição.

Em 1937, Getúlio outorgou uma Carta que instituiu a ditadura plena, com dissolução do Congresso e demais câmaras deliberativas. O Senado se transformou em Conselho Federal, mas teve sua composição alterada.

Getúlio foi deposto pelas forças armadas em 1945, assumindo o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares. Foi, então, convocada nova Assembléia Constituinte. A Constituição de 1946 restabeleceu a independência e harmonia dos Poderes, bem como as atribuições clássicas do Senado. Note-se que a curta experiência parlamentarista que o país viveu entre 1961 e 1963 não afetou significativamente a vida e a atuação do Senado Federal.

O Ato Institucional nº 4, de 20 de novembro de 1965, trouxe como resultado o bipartidarismo, devido às exigências de no mínimo 120 deputados e 20 senadores por agremiação, além de determinar a extinção dos partidos então existentes.

O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, já na vigência da Constituição de 1967, conferiu ao Presidente da República o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, e das assembleias legislativas e câmaras municipais, por tempo indeterminado. Tratava-se de uma medida cujo objetivo, evidentemente, era diminuir as resistências do Poder

Legislativo ao governo. Outrossim, costuma-se afirmar que o Legislativo elevou-se em moralidade, com as novas regras de ética parlamentar, associando-se a isso o reaceleramento do processo de elaboração legislativa.

Quando o governo militar sentiu que estava correndo o risco de perder a maioria tranqüila que detinha no Senado, fechou o Congresso e editou o famigerado “Pacote de Abril”, de 1977. A justificativa para a imposição desse pacote normativo era uma necessária reforma do Poder Judiciário, mas, embutidas nele, estavam também algumas modificações políticas, entre elas, o estabelecimento de eleição indireta para um terço dos senadores, que passaram a ser conhecidos como “senadores biônicos”, como referência a sua falta de legitimidade pela escolha das urnas. Foi a forma encontrada pelo regime militar para manter essa Casa do Congresso submissa aos seus ditames.

Há que ver que, durante o regime militar, não apenas o Senado, mas também a Câmara dos Deputados geralmente referendavam as propostas do Executivo. Se algum parlamentar se insurgia, levantando a voz contra o governo, a maneira mais fácil e segura de fazê-lo calar era com a cassação do mandato e dos direitos políticos. Pode-se dizer que o bipartidarismo constituiu uma encenação de democracia, pois, durante duas décadas, a oposição se viu impedida de assumir o poder.

Com a eleição de novo governo civil em janeiro de 1985 e, a seguir, a convocação de nova Assembléia Constituinte, o país ganhou uma outra perspectiva, concretizada na promulgação da Carta Magna de 5 de outubro de 1988.



## 1.2 O Senado na atualidade

O Senado, com a inauguração de Brasília como Capital Federal em 1960, passou a funcionar na Praça dos Três Poderes, ocupando parte correspondente de uma construção destinada ao Congresso Nacional, em que o arquiteto Oscar Niemeyer conseguiu dar forma aparente ao que é a representação democrática dos brasileiros. Além das duas torres gêmeas, cada uma delas representando uma das Câmaras, que são interligadas ao meio, formando uma letra H e mostrando que elas se comunicam, há as cúpulas externas às quais é atribuído um simbolismo especial.

A cúpula côncava da Câmara dos Deputados, maior, representa uma Casa aberta a todas as expectativas, tendências, ideologias e paixões do povo.

Do outro lado, a cúpula convexa do Senado, menor, indica que, em seu interior, devem prevalecer a reflexão, a ponderação, o equilíbrio, a experiência e a maturidade.

Na história recente, e talvez mesmo em toda a sua história, nenhum fato terá sido tão importante como o processo que culminou com o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, fato sem precedentes na história universal, visto que, mesmo no tão decantado caso do Presidente Richard Nixon, nos anos 70 do século XX, ele renunciou antes de deflagrado o processo de *impeachment*. É importante ressaltar que, nos casos de crimes de responsabilidade dos mais altos dirigentes públicos, o Senado assume a função de órgão julgante.

Além dessa, o Senado tem outras atribuições exclusivas da maior importância, como a de suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal; autorizar operações de natureza financeira de interesse da União, dos

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; aprovar previamente a escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, Ministros do Tribunal de Contas da União, presidente e diretores do Banco Central, Procurador-Geral da República, chefes de missão diplomática de caráter permanente e dirigentes de outros órgãos quando a lei assim o determinar. Além disso, cabe ao Senado, ainda, eleger dois dos membros do Conselho da República.

O Senado, apesar do belo trabalho executado no processo que resultou no *impeachment* do Presidente Collor em 1992, viu-se, em seguida, no centro de um episódio que lhe era desabonador. Logo depois de dar resplandecência à imagem, a teve empanada pela ação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Corrupção, conhecida como o “escândalo do orçamento”, que teve de apurar o envolvimento de vários parlamentares, alguns dos quais cassados, redundando em graves danos à imagem da instituição.

Em 1995, assumiu a Presidência da Casa o Senador José Sarney, que levantou a bandeira da transparência, utilizando-se dos mais modernos instrumentos de comunicação. Para isso, implantou o canal de televisão, para que a sociedade pudesse acompanhar passo a passo o desenrolar das atividades do Senado, pois as transmissões são feitas **ao vivo** do plenário e das comissões. Tal medida teve, ainda, o condão de aumentar o *quorum* das sessões, facilitando a aprovação das matérias em tramitação na Casa.

Em 1997, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Magalhães, que intensificou os trabalhos, com uma postura firme de defesa da instituição, contribuindo decisivamente para a aprovação de importantes projetos e emendas constitucionais que se afiguravam essenciais para a melhora da governabilidade e desenvolvimento do país. Sob sua gestão, também tiveram lugar três das mais importantes CPIs já levadas a efeito no país: a dos

precatórios e emissão de títulos públicos; a do sistema financeiro; e a do Poder Judiciário, que teve um resultado assombroso para a população brasileira: a prisão de um juiz e a cassação de um dos membros da Casa, Senador Luiz Estevão.

Partiu, ainda, do Senador Antonio Carlos Magalhães, a idéia de um “mutirão de combate à pobreza”, com a criação de um fundo específico.

Porém, a imagem construída a duras penas, vez ou outra sofre deterioração de que resultam marcas indeléveis, pela divulgação de atos de integrantes da instituição. Os mais recentes dizem respeito aos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, pela violação do painel de votação do plenário, e o Senador Jader Barbalho, por envolvimento no desvio de recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Todos acabaram por renunciar, quando perceberam que estariam sujeitos à perda do mandato por quebra do decoro parlamentar.

## 2 A QUESTÃO DA VISIBILIDADE – A IDÉIA DE INOPERÂNCIA

O Senado é, ainda hoje, uma instituição que guarda acentuadas características aristocráticas. São alguns poucos privilegiados que chegam a essa posição. Por isso, sempre houve aquela idéia da torre de marfim, de ser essa uma posição intocável, de invulnerabilidade de seus componentes.

Os meios de comunicação, porém, começaram a minar as bases e a provocar o desmoronamento dessa torre, trazendo os integrantes da instituição para patamares mais próximos ao comum dos mortais. Mais ainda, com os fatos recentes, que tiveram ampla participação da opinião pública e comprovam a afirmação de IASBECK (2000)<sup>5</sup>

As apologias do mérito, da grandeza e da honradez, da probidade e dos bons propósitos, da caridade e da tolerância, da solidariedade e da liderança, todas elas têm como objetivo preciso a superação da imperfeição. Portanto, dirigem-se ao desumano, pois humano seria ser incompleto e imperfeito.

---

<sup>5</sup> IASBEECK, Luiz Carlos Assis. “Dos Vícios e das Virtudes”. Disponível no *site* da Internet [www.usinadeletras.com.br](http://www.usinadeletras.com.br). Acessado em 06 de maio de 2003.

No entanto, são as características positivas que sobressaem nos políticos, que são divulgadas e destacadas, principalmente nos períodos próximos das eleições, em que eles se mostram afáveis, caridosos, amigos de todos.

Mais adiante, o mesmo IASBECK (2000)<sup>6</sup> detalha com mais clareza sua percepção:

Quando, porém, a virtude persiste – ainda que durante pouco tempo –, temos necessidade de creditá-la aos santos, projetá-las em ícones veneráveis, petrificá-las em estátuas públicas e erigir monumentos de cobre e bronze em praças públicas. Tudo para que, paradoxalmente, continuemos a nutrir a convicção de que o ser humano é imprestável até que se torne virtuoso.

Os políticos eram, assim, até a chegada dos meios de comunicação de massa, que os mostram em pleno exercício de suas funções, considerados seres incomuns, resguardados em edifícios suntuosos como templos e com um aparato cerimonial que os mais simples mortais geralmente não se dispunham a enfrentar.

Porém o Senado mudou. E muito!

Quem se atém à velha imagem do Senado, mais voltado para si mesmo, aristocrático, significando para muitos o ápice da carreira política, certamente se surpreenderá com o atual Senado brasileiro, que se abre para a população com todos os instrumentos e por todas as formas possibilitadas pela moderna comunicação.

Assim é que a Comunicação Social do Senado é exercida por meio da TV Senado, Jornal do Senado, Agência Senado, Rádio Senado e 0800-Senado – A Voz do Cidadão.

---

<sup>6</sup> *Idem, ibidem.*

A TV Senado é distribuída pelos sistemas de TV a cabo e antenas parabólicas, alcançando centenas de municípios, mas principalmente as áreas metropolitanas de grande densidade populacional, chegando, portanto, aos lares que participam do sistema de TV por assinatura, embora suas imagens estejam permanentemente disponíveis às emissoras de sinal aberto. Conta agora também com acesso pela Internet.

O Jornal do Senado, com tiragem que já chegou a ser de 68 mil exemplares, é endereçado a mais de cinco mil prefeituras e câmaras municipais, governos estaduais e assembleias legislativas, e autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário. Também está disponível na Internet.

A Agência Senado despacha para uma centena de veículos o material jornalístico originado da cobertura das atividades das comissões e do plenário, enquanto o Radiosat encaminha noticiosos para mais de 400 estações de rádio, além de um programa especial para a região amazônica.

Também a Rádio Senado, inaugurada em 1997, torna disponível a repetição de seu sinal pelas rádios de todo o País, com a programação (24 horas no ar) transmitida em tempo integral pelo Sistema Senado/Radiosat.

Já o 0800-Senado – A Voz do Cidadão configura-se uma linha direta de comunicação entre a sociedade e o Senado.

Como se pode depreender, o Senado atual está aberto a toda a sociedade, não mais fazendo jus à qualificação de uma casa “fechada”, voltada para si mesma e de difícil acesso ao comum dos mortais.

Porém, há um veículo imprescindível na moderna comunicação e que dá acesso às mais amplas informações institucionais do Senado. Referimo-nos à rede mundial de computadores (world wide web – www), ou Internet, como se tornou popular. O Senado instalou nessa rede sua página com as mais abrangentes informações, que estão organizadas de forma impecável. Assim, mereceu o **Prêmio IBest** – 1º colocado entre os *sites* dedicados à política. Esse é um veículo que, dia a dia, se torna mais popular, passando a ser utilizado inclusive pelas pessoas de menor poder aquisitivo.

Quanto à operosidade, o Senado vem demonstrando de que é capaz. Há quase duas décadas se vê o Senado trabalhando, e muito, para dar provas de cumpre o papel que a população espera que ele cumpra. A começar pelo Congresso eleito em 1986 e que acumularia as funções de Assembléia Constituinte, vem num ritmo de atividade impressionante, para uma Casa que se imaginava de quase nenhuma ação. Assim é que as funções acumuladas de Congresso e Assembléia Constituinte se prolongaram até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A partir daí, passou-se a um trabalho de detalhamento, de regulamentação, constante de leis complementares e ordinárias, para que muitas das determinações da nova Constituição pudessem ser aplicadas.

No ano de 1992, o povo brasileiro teve uma demonstração pujante de que estava bem representado. Quando o Presidente da República se viu envolvido em denúncias de corrupção, pelo menos teve a satisfação de ver o Congresso, em cumprimento ao seu papel, decretar o *impeachment* do supremo mandatário da nação.

Em 1993, com a realização de uma CPI para apurar o envolvimento de parlamentares naquilo que se convencionou chamar “o escândalo do orçamento”, a população assistiu estupefata o Congresso cortar na própria carne, para eliminação dos podres, cassando vários

de seus integrantes. Por outro lado, essa CPI, realizada concomitantemente com a Revisão Constitucional, prevista no texto original para ocorrer cinco anos após a promulgação, provocou o esvaziamento desta e que seus resultados fossem pouco significativos; alguns diriam, mesmo, pífios.

Na gestão do Presidente Sarney (1995-1997), o Senado se instrumentalizou para tornar-se uma Casa transparente e ampliar sua visibilidade para a população. É a época da implantação da TV Senado, da Rádio Senado e da criação do Jornal do Senado, todos voltados essencialmente para a divulgação das atividades da instituição.

Ao final da década, as surpreendentes Comissões Parlamentares de Inquérito – CPIs: dos precatórios, que escancarou um monstruoso esquema de emissão ilegal de precatórios em várias unidades da federação; do sistema financeiro; e a mais contundente, a do Poder Judiciário, que resultou na prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto e na cassação do mandato do Senador Luiz Estevão.

Depois disso, ainda tivemos, para iniciar o novo século, o episódio da violação do painel de votação do plenário, que culminou com a renúncia dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, e, não muito depois, a renúncia do Senador Jader Barbalho, ainda que na condição de Presidente da Casa, sob a iminência de ser processado por quebra do decoro parlamentar, tendo em vista a ampla divulgação pelos meios de comunicação de que fazia parte de um poderoso esquema de fraudes com recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Houve, ainda, uma CPI que ocupou grandes espaços na mídia, por dedicar-se à paixão dos brasileiros, o futebol.



Assim, o Senado se vem fazendo presente na mídia, além da exposição por meio de seus próprios instrumentos de comunicação, o que dá visibilidade a essa Casa de Leis, influenciando decisivamente para a mudança da imagem. A idéia de uma instituição onde praticamente não se trabalhava tinha sua razão de ser, pois a mídia, quando quer formar uma imagem negativa na percepção dos espectadores, mostra imagens televisivas e fotos do plenário quase vazio de parlamentares.

De qualquer forma, é difícil livrar-se de um estigma praticamente indelével: o de que especialmente no caso do Congresso Nacional, o espaço que ele ocupa na mídia atualmente, que se reflete no imaginário do cidadão comum, é freqüentemente negativo.

#### Segundo Heloísa Matos em artigo na Internet<sup>7</sup>

Não importa o quanto as Casas trabalhem – nem se, comprovadamente, mesmo na avaliação de órgãos críticos como o DIAP, nunca se trabalhou tanto: a imagem na grande mídia é a de lentidão e de ausências no plenário, mesmo que isso não corresponda à realidade das atuações parlamentares em sua ampla maioria. Nem mesmo uma certa conformidade com os projetos do Executivo rende frutos à imagem do Congresso: a acusação mais freqüente em telejornais e lida em editoriais é a de resistência às reformas e lentidão na votação. A mídia brasileira, atualmente parece exercer um *lobby* pela velocidade dos trabalhos parlamentares. Forma-se um coro unísono (Executivo e meios de comunicação) pela urgência das “reformas” que precisam ser aprovadas o quanto antes, embora uma exposição dos projetos e suas implicações sejam veiculadas apenas superficialmente por esses órgãos. De alguma forma, a crise de confiança nas instituições políticas e nos políticos atinge sempre com maior força as Assembléias e os parlamentares.

É possível depreender que qualquer esforço para alterar a imagem do Congresso como um corpo pesado e lento passa necessariamente pelo envolvimento da grande mídia, que, até

os dias atuais, só se preocupou em mostrar o lado negativo, como quando o plenário está vazio, não importa se a sessão está em pleno andamento ou não.

---

<sup>7</sup> MATOS, Heloísa. “Comunicação Pública – Democracia e Cidadania: o Caso do Legislativo”. Artigo disponível no *site* [www.veraz.com.br/artigo12.htm](http://www.veraz.com.br/artigo12.htm) - acessado em 31 de maio de 2003.

### 3 A RÁDIO SENADO

A grande vantagem do rádio é o baixo custo da aquisição do aparelho receptor. Além disso, por ser um meio de comunicação que só exige a utilização de um dos sentidos, a audição, não impede que as pessoas estejam recebendo informações ao mesmo tempo que executam outras atividades. Vai daí, ser cada vez maior o número de pessoas que sintonizam emissoras informativas dentro de seus automóveis. Além disso, o sinal do rádio chega onde nem se cogita levar o sinal de TV utilizando os recursos tecnológicos atuais. O rádio, na frequência de ondas curtas, chega aos mais longínquos rincões. Portanto, não há paragem, por mais remota que seja, neste nosso país de dimensões continentais, que não possa ser coberta pelas ondas do rádio.

Por isso, agiu bem o Senado quando incluiu em seu sistema de comunicação social, além da agência de notícias, do jornal e da TV Senado, a estação de rádio, 24 horas no satélite pelo sistema Radiosat Digital, que, além da frequência modulada, também transmite em ondas curtas.

Afora essas características positivas do rádio, ainda é possível, como no caso da Rádio Senado, acessar muitas estações pela rede mundial de computadores (Internet).

O rádio é, sem sombra de dúvida, o meio de comunicação de maior alcance ainda nos dias atuais. Estima-se que tem uma cobertura de 96% do território nacional, estando presente em aproximadamente 38 milhões de residências. Também está estimado em 10 milhões o número de automóveis que dispõem desse equipamento.<sup>8</sup>

O rádio é um instrumento que consegue manter uma linguagem viva e dinâmica, favorecendo o recurso ao uso intensivo de entrevistas nos programas jornalísticos, ou mesmo fora deles. Podem ser utilizadas entrevistas com transmissão direta, com a participação ao vivo da fonte, que ocorrem ou no estúdio, ou por telefone, ou nos mais diferentes ambientes e eventos.

### **3.1 Da programação da Rádio Senado**

A programação é ininterrupta, isto é, a rádio está 24 horas no ar.

Como a Rádio Senado foi criada com o objetivo prioritário de transmitir as sessões do Senado e do Congresso, além das reuniões das comissões permanentes e temporárias, este é o núcleo de sua programação habitual. Porém ela ainda é responsável pela divulgação de outras atividades, de caráter parlamentar e cultural, levadas a efeito na Casa, principalmente as que envolvem as ações da Presidência do Senado, mas também de interesse de outros senadores.

Dessa forma, boa parte da manhã (a partir das dez horas) às terças e quartas-feiras é dedicada à transmissão de reuniões de comissões; de segunda a quarta-feira, a partir das 14:30 horas, há a transmissão das sessões de plenário, que, às quintas e sextas-feiras, são realizadas no período da manhã. Há, ainda, reuniões de comissões que são realizadas ao final da tarde.

---

<sup>8</sup> Cfr. BANCO DO BRASIL. *A mídia e a construção da imagem empresarial*. (Estratégia, Marketing e Comunicação –

As edições jornalísticas se fazem, normalmente, às 8, às 14:10 e às 22 horas, e, havendo necessidade, a qualquer momento.

O restante do tempo é utilizado com música, principalmente brasileira, com programação interessante, que não se prende a sucessos ou artistas que estão em evidência no circuito comercial, configurando um espaço importante para novos talentos e artistas já consagrados, mas esquecidos pelas rádios comerciais.

Além disso, há um importante espaço para a música erudita nos finais de semana.

Outro item importante que compõe a programação são as entrevistas com pessoas ligadas ao meio político, científico, artístico e cultural, levadas ao ar principalmente no final da noite (23 horas).

### **3.2 Transmissão em ondas curtas**

É surpreendente o *feedback* em relação à transmissão em ondas curtas, mediante o qual podem ser constatados o interesse e a participação que esse veículo provoca nas camadas socioeconômicas inferiores da população. Tanto que o que se observa, nas inúmeras cartas recebidas, como efeito da programação em ondas curtas, são manifestações de pessoas nas quais fica evidenciada a pouca instrução, entre outras coisas, pela caligrafia e pouco conhecimento da língua. Aliás, como afirmamos anteriormente sobre a penetração e alcance das ondas curtas, essas ondas alcançam os mais longínquos rincões do imenso território brasileiro, ao contrário da FM, que mal cobre o Distrito Federal.

Pelas manifestações recebidas nas cartas, pode-se verificar que muitos brasileiros estariam isolados do mundo, excluídos do direito à informação, não fosse a transmissão em ondas curtas da programação da Rádio Senado.

Por outro lado, nota-se que, em sua ingenuidade, os cidadãos humildes, escrevendo para pessoas importantes como os senadores, crêem que terão seus problemas resolvidos, ainda que se trate de problemas atinentes à esfera municipal. Assim, surgem pedidos para a solução de problemas locais e, até mesmo, pessoais. A título de ilustração, podemos mencionar algumas dessas solicitações:

- tratamento de saúde ;
- processo de aposentadoria demorado;
- procurar membros da família (via rádio);
- pedido de livros escolares;
- ameaça de morte contra acampados que aguardam reforma agrária;
- falta de transporte escolar;
- falta de escola;
- bolsa-escola;
- computadores para escola;
- energia elétrica;
- estrada municipal não-pavimentada sem manutenção;
- estrada para escoamento da produção agrícola de assentados pela reforma agrária.

Como se pode ver, além de algumas serem reivindicações de cunho pessoal, outras estão afeitas a outra esfera de governo, municipal ou estadual. Mesmo quando se trata de competência federal, a solução está no âmbito do Poder Executivo.

Mas essas pessoas humildes descobriram um canal de comunicação importante entre elas e o poder e crêem que, encaminhando seus problemas para os senadores, figuras importantes da política, a chance de solução aumenta significativamente.

## 4 A TV SENADO

### 4.1 Sobre a Televisão

Provavelmente, nos últimos tempos, nada tem influído tão decisivamente sobre as percepções e os comportamentos humanos como o instrumento denominado **televisão**, função acompanhada de mensagens faladas e escritas.

Sem sombra de dúvida, a televisão é, hoje, o meio mais importante para a visibilidade e a formação da imagem institucional. Não é por acaso que a TV Senado, pioneira na atividade para a função pública no Brasil, foi seguida por outras.

A importância da comunicação visual nos dias atuais é inquestionável. Citado por Norval Baitello Júnior (2002), Dietmar Kamper<sup>9</sup>, em seu *Unmögliche Gegenwart (Presente Impossível)*, refere-se a um

---

<sup>9</sup> KAMPER, Dietmar. “Unmögliche Gegenwart (Presente Impossível)”, *apud* BAITELLO Júnior, Norval. “O Olho do Furacão”. In: MOTTA, Luiz Gonzaga; WEBER, Maria Helena; FRANÇA, Vera; PAIVA, Raquel. *Estratégias e Culturas da Comunicação*. Brasília, Ed. UnB, 2002 (p. 35).



“triunfo do olho sobre os outros sentidos humanos. As máquinas de imagens trabalham com força total no mundo inteiro. Velhas e novas mídias da visibilidade se superam (a cada dia). Uma parte cada vez maior das coisas que existem ocorrem apenas no olhar. (Kamper, 1995: 54).”

Por outro lado, é preciso ter sempre em mira que não basta a exposição institucional através de um *medium* visual. Como salienta Baitello (2002)<sup>10</sup>, tentando fazer ver que a visibilidade gera invisibilidades, o trabalho que busca destacar apenas a faceta luminosa dos temas e objetos da comunicação

“tem hoje como um de seus principais desafios a busca de invisibilidades, uma vez que a visão, saturada com as intencionalidades da luz, tornou-se a princípio um sentido habilitado apenas para as superfícies iluminadas”.

E, continuando sua argumentação:

“Como toda visibilidade carrega consigo a invisibilidade correspondente, também a inflação e a exacerbação das imagens agregam um desvalor à própria imagem, enfraquecendo sua força apelativa e tornando os olhares cada vez mais indiferentes, progressivamente cegos, pela incapacidade de visão crepuscular e pela univocidade saturadora das imagens iluminadas e iluminadoras.”

A aproximação que a mídia nos oferece dos acontecimentos também acaba redundando na perda da aura, trazida pela reprodutibilidade técnica e a conseqüente substituição do “valor de culto” pelo “valor de exposição”. Tal é a idéia apresentada por Walter Benjamin (BENJAMIN, 1980 – p. 480)<sup>11</sup>, retratada por BAITELLO (2002).

---

<sup>10</sup> *Idem, ibidem* (p. 32)

<sup>11</sup> BENJAMIN, Walter. “Gesammelte Schriften” . Frankfurt, Suhrkamp, 1980, *apud* BAITELLO Júnior, Norval. “O Olho do Furacão”. In: MOTTA, Luiz Gonzaga; WEBER, Maria Helena; FRANÇA, Vera; PAIVA, Raquel. *Estratégias e Culturas da Comunicação*. Brasília, Ed. UnB, 2002 (p. 34).

Portanto, deve-se entender que a disponibilidade de um instrumento com o poder que detém nos dias atuais a TV, por si só, não significa a capacidade de influir decisivamente na consciência das pessoas. Faz-se necessária toda uma estratégia e o conhecimento das mais recentes teorias da comunicação para que o uso desse instrumento se torne proveitoso.

#### **4.2 TV Senado e a transmissão direta – predominância do “ao vivo”**

Uma característica da TV Senado que a distingue das tevês comerciais é o uso da transmissão direta dos eventos mais importantes da Câmara Alta do Parlamento brasileiro.

Nesse aspecto, é importante levar em conta, ou melhor, analisar se se trata de simples transmissão direta, ou se devemos considerar como programação “ao vivo” essa da TV Senado.

Essa distinção se torna fundamental em virtude de estudos mais recentes, relatados em artigo de Ivana Fachine (2002), em que classifica a transmissão direta apenas como um **fato técnico**, ao passo que a transmissão “ao vivo” deve ser considerada um **fenômeno semiótico**, que “depende do modo como os discursos se organizam para produzir determinados efeitos de sentido”.<sup>12</sup>

Por outro lado, a autora constata que as próprias TVs sentem a necessidade de se identificarem os programas objeto de transmissão direta com a inscrição “ao vivo” no canto superior ou inferior da tela, já que é possível produzir efeito de “ao vivo” mesmo nas transmissões gravadas. Esse pode ser o modelo sintático herdado dos primórdios da televisão no Brasil (primeira metade dos anos 50 do século passado), quando ainda não estavam

disponíveis os atuais recursos de gravação e de edição, e os programas se faziam, de fato, **ao vivo**, fossem de que tipo fossem.

A impressão que fica, de forma generalizada, é a de que o que ocorre na televisão se dá no tempo presente. Daí, a necessidade de utilização de estratégias discursivas que convençam o telespectador de que determinados eventos ocorrem simultaneamente com a programação.

Ainda segundo FECHINE (2002)<sup>13</sup> “começa-se a exigir do telespectador uma maior competência semiótica quando um programa não é, mas esforça-se para parecer uma transmissão direta”, pois, hoje em dia, existe aquilo que os profissionais denominam “*live-on-tape*”, gravado em vídeo e exibido sem paradas e sem edição posterior, por meio dos quais se tenta manipular o telespectador com a inserção da inscrição “ao vivo”, o que deve ser considerado fraude.

É necessário ressaltar aqui que, apesar de a TV Senado reprisar muitos dos eventos importantes da Casa, em nenhum momento ela quer iludir os telespectadores, induzindo-os a pensar que se trata de transmissão direta. Apenas se leva em conta o interesse público, procurando atender aos cidadãos impossibilitados de assistirem durante o momento exato das transmissões diretas, para que possam, em horário mais conveniente, colocar-se ao par dos acontecimentos mais importantes da instituição.

É indiscutível a força da TV Senado por ocasião dos grandes eventos propiciados pelas CPIs, principalmente as audiências de personalidades que detêm grande poder político,

---

<sup>12</sup> FECHINE, Yvana. “Por uma semiotização da transmissão direta.” In: MOTTA, Luiz Gonzaga; WEBER, Maria Helena; FRANÇA, Vera; PAIVA, Raquel (orgs.). *Estratégias e Culturas da Comunicação*. Brasília, Ed. UnB, 2002 (p. 150).

<sup>13</sup> *Idem, ibidem* (p. 151)

se bem que, nesses casos, a cobertura dos acontecimentos também se faz pelas grandes redes de TV aberta, devido ao interesse e à expectativa de audiência decorrentes desses fatos. Os cidadãos acompanham ansiosos as apurações que envolvem personalidades marcantes da vida nacional, como se pôde ver nos casos do juiz Nicolau dos Santos Neto e do Senador Luiz Estevão; dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda; e do Senador Jader Barbalho.

Os senadores reconheceram desde o início a importância do veículo colocado à sua disposição, aumentando significativamente suas intervenções, seja na forma de pronunciamento de discursos, seja na forma de intervenção nos debates, comprovando a afirmação de FIGUEIREDO (2002)<sup>14</sup>:

A TV muda comportamentos, acentua ou reverte tendências, dita a moda, coloca e tira assuntos da pauta de discussão, constrói e destrói a imagem de empresas e de pessoas, faz um ilustre desconhecido virar personalidade nacional em pouco tempo, provoca o sucesso e o fracasso de artistas e políticos etc.”

O Senador Antônio Carlos Magalhães foi mais longe. Em seu período na Presidência do Senado, reivindicava a concessão de um canal de televisão aberta para a TV Senado. Tal se deu principalmente durante a Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar irregularidades no Poder Judiciário.

É evidente que o alcance pela TV a cabo é limitado e só torna disponível a TV Senado aos brasileiros de maior poder aquisitivo, ainda que sejam esses os responsáveis, por assim dizer, pelo estabelecimento de uma opinião pública, devido à sua ascendência sobre as outras camadas menos favorecidas da população.

### 4.3 Da veiculação da TV Senado

A veiculação da TV Senado está assegurada na Lei n° 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências”, lei regulamentada pelo Decreto n° 1.718, de 28 de novembro de 1995, que “aprova o Regulamento do Serviço de Televisão a Cabo”.

Determina a citada Lei:

Art. 23. A operadora de TV a Cabo, na sua área de prestação do serviço, deverá tornar disponíveis canais para as seguintes destinações:

I – Canais básicos de utilização gratuita:

.....

d) um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação de seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

.....

É importante ressaltar, ainda, aquilo que estabelece a Constituição Federal em seu art. 223:

Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas, privado, público e estatal.

---

<sup>14</sup> FIGUEIREDO, Rubens. *O que é Marketing Político*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).

Portanto, torna-se visível a intenção do constituinte e do legislador de dar a maior divulgação possível aos atos do poder público, em especial, neste caso, do Parlamento, que tinha uma imagem de inoperância perante a população.

De acordo com informação veiculada pelo próprio Jornal do Senado de 26 de maio de 2003, “a TV Senado está disponível em todo o território brasileiro por meio das emissoras de TV a cabo, antenas parabólicas de tipo analógico e digital em sinal aberto de UHF (para o Distrito Federal) e via Internet, abrindo-se, ainda, a possibilidade de transmissão, em sinal aberto, às TVs públicas e privadas”.

A cabo, a TV Senado pode ser vista nas operadoras Net, TVA, Canbras e Videocabo. Por assinatura, ela é transmitida pelas operadoras DirecTV, Sky e TecSat.

#### **4.4 Sobre a programação da TV Senado**

A programação da TV Senado se estende pelas 24 horas do dia e pode ser consultada facilmente na página do Senado na Internet.

Pode-se dizer que a essência dessa programação se constitui das transmissões ao vivo feitas diretamente do Plenário ou das salas de Comissões.

São transmitidas todas as sessões de Plenário e as reuniões das Comissões Permanentes e temporárias (como as CPIs), nas quais o povo pode assistir aos debates que se travam sobre as matérias mais candentes da vida nacional; a discussão e votação das normas que regerão a vida e as relações entre os cidadãos; a aprovação de acordos internacionais e de atos originários de organismos internacionais de que o Brasil participa; aprovação de atos relacionados ao endividamento do setor público; discussão e aprovação do orçamento anual,

peça chave para a administração pública; e, ainda, aprovação de autoridades do sistema financeiro e das agências reguladoras, assim como dos representantes da nação no exterior.

Grande parte dessas atividades são reprisadas, de forma a possibilitar aos interessados que estão em suas ocupações no horário das sessões de Plenário e reuniões de Comissões que vejam como atuam os representantes que elegeram.

A TV Senado também transmite audiências públicas com as autoridades responsáveis pelos destinos da nação quando há necessidades de esclarecimentos perante o Congresso Nacional.

Porém não podemos esquecer-nos das atividades das CPIs, que vêm despertando o maior interesse nas pessoas, contribuindo de forma inequívoca para a mudança da concepção anterior, de que havia uma leniência e até mesmo uma certa cumplicidade para acobertar desvios de conduta, ou até mesmo a prática de ações criminosas por pessoas do meio político.

A TV Senado tem mostrado as grandes apurações de suspeitas sobre nomes antes inatacáveis, como a CPI que resultou na cassação do Senador Luiz Estevão e na prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto, deixando à mostra as mazelas do Poder Judiciário brasileiro. Mostrou, ainda, processos sobre a postura ética indevida, ou mesmo condenável, que resultaram nas renúncias dos Senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e, posteriormente, na do Senador Jader Barbalho.

Além disso, há a parte jornalística, com informações atuais e relevantes da vida no Congresso e entrevistas com personalidades importantes na cena política e cultural brasileira. Há, ainda, a transmissão e reprise de eventos culturais de qualidade, como concertos eruditos

e espetáculos de música popular, cênicos, de dança e outras manifestações, como exposições, feiras de livros e outros eventos variados.



## 5 MUDANÇA DA IMAGEM INSTITUCIONAL COM A POSSIBILIDADE DE ACOMPANHAMENTO PELO PÚBLICO

Não é tarefa fácil a que o Poder Legislativo vem enfrentando para mudar sua imagem junto ao grande público. Será coisa para anos de muita transparência e postura e atitudes éticas efetivas. Há um dito muito antigo e que se aplica muito bem ainda hoje em dia: “À mulher de César não basta ser honesta; ela tem de parecer honesta.” E a impressão sobre o Poder Legislativo é plenamente desfavorável, como aponta pesquisa da CNT/Sensus efetuada em outubro, cujos resultados foram comentados na revista **IstoÉ**. Foram feitas 2 mil entrevistas em 195 municípios distribuídos por 25 estados. Segundo a pesquisa, relativamente recente, as instituições menos confiáveis eram o Senado e a Câmara dos Deputados.

Daí a necessidade de máxima transparência e divulgação de tudo que ocorre nessas instituições. O Senado se vem servindo de todos os instrumentos possíveis para conseguir esse intento.

Como vimos, a Rádio Senado opera em FM, podendo ser sintonizada na região do Distrito Federal, e em ondas curtas, o que possibilita o seu acesso em praticamente todo o país.

A Tv Senado está disponível em canal exclusivo no sistema de TV por assinatura para o Brasil e em UHF (aberta) para a região do Distrito Federal.

Ambos os veículos oferecem a possibilidade de retransmissão de seus sinais por qualquer emissora interessada. Essa disponibilidade se torna muito importante em momentos do Senado que atraem maior atenção do público para o mundo da política.

Segundo informação da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) disponível na Internet, o número de assinantes no Brasil, em dezembro de 2002, era de 3.520.000. Se estimarmos em três o número de espectadores por assinatura, temos cerca de 10,5 milhões de pessoas que assistem a essa modalidade, valendo lembrar que os mais humildes, parte significativa da população, estão alijados desse sistema pela impossibilidade de pagar por seus custos. Por outro lado, as classes que têm acesso ao sistema são tidas como formadoras de opinião.

Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o público potencial pode chegar a 92,5 milhões de pessoas. São 509 municípios brasileiros que dispõem do serviço de TV a cabo ou por microondas, representando cerca de 9% do total de municípios, mas 52,9% do total da população, já que se trata dos municípios mais populosos. Pela tecnologia por satélite, entretanto, é possível o acesso à TV por assinatura em todo o território nacional.

Esses dados dão uma idéia de como está mudada a situação do Parlamento, anteriormente uma instituição fechada, voltada para si mesma; hoje, podendo ter suas atividades acompanhadas em tempo real por grande parte da população.

Não podemos esquecer, ainda, que é possível ter acesso à Rádio e à TV Senado também pela Internet, outra forma de acesso que já alcança uma parcela significativa da população, mais ainda, com a utilização dessa rede nas escolas e outras organizações comunitárias.

O público com acesso à Internet em residência, segundo pesquisa do Ibope com base em maio de 2003, cujos resultados foram publicados na **Folha On Line** de 11 de junho de 2003, já atinge 14,3 milhões de pessoas, se bem que o número de internautas ativos tenha sido de 7,97 milhões. Mas a Internet se revela, atualmente, um meio de exposição e de comunicação que não pode ser desprezado e que tende a um crescimento contínuo.

## **5.1 O Discurso Institucional na Atualidade**

Em que pese o esforço do Senado para se afirmar como uma Casa de representantes da Federação, onde tudo se faz em defesa do interesse público, alguns eventos têm o poder de aluir a imagem revelada à sociedade.

Em alguns casos, o corporativismo, o espírito de corpo fala mais alto, no sentido de resguardar o poder e o mandato de alguns membros da instituição.

Na famosa CPI da corrupção que ficou conhecida como o “escândalo do orçamento”, em 1993, o Senado optou nitidamente por relevar as acusações contra o Senador Ronaldo Aragão, protegendo um de seus integrantes, sobre o qual recaíam fortes suspeitas de envolvimento em esquema de corrupção.

Agora, bem recentemente, no primeiro semestre de 2003, optou por não levar adiante o processo contra o Senador Antonio Carlos Magalhães, por denúncias que o acusavam de

escuta telefônica ilegal no Estado da Bahia, apesar de o Conselho de Ética do Senado ter recomendado a instalação do processo de cassação do mandato por quebra do decoro parlamentar.

São fatos que contribuem para “denegrir a imagem” do Senado, como se diz comumente.

Como esses, em 2001 tivemos a célebre disputa envolvendo dois grandes líderes de nossa política, os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho, este então Presidente da Casa, fato que mereceu, do ex-Presidente da República e, à época, Governador de Minas Gerais, o seguinte comentário: “Além do mais, essa briga prejudica a imagem do Senado.”

É evidente que fatos como esses atuam como componentes muito mais fortes no discurso da instituição do que todo o trabalho que o Senado desenvolve no cumprimento de suas atribuições de controle do Poder Executivo, nas mais diversas comissões temporárias para apuração de fatos relevantes ou para debater questões urgentes da sociedade. Tudo praticamente se esboroa com a divulgação de fatos criticáveis ou desabonadores atribuídos a um ou outro senador.

Mesmo assim, o Senado continua no seu firme intento de fazer com que sua voz alcance os ouvidos e os olhos da maior parcela possível da população. Assim é que utiliza todos os instrumentos já mencionados: jornal, com tiragem de dezenas de milhares de exemplares diários; rádio, que transmite em frequência modulada, com alcance próximo da área territorial do Distrito Federal, e em ondas curtas, que alcança todo o território brasileiro; TV, em UHF, para o Distrito Federal, e canal fechado, retransmitido pelos sistemas de TV por

assinatura; agência de notícias, que municia outros órgãos de informação sobre a vida no Senado; e, talvez o veículo mais importante da atualidade, a página na Internet, porque tem alcance mundial. O Senado fala por este último instrumento para um público muito maior do que apenas os cidadãos representados.

## **5.2 A Renovação Ocorrida com a Eleição de 2002**

Pode-se dizer que o Senado está “de cara nova”, após a eleição ocorrida ao final de 2002. Das 54 cadeiras em disputa (dois terços do total), 40 foram preenchidas por políticos estreatantes no Senado, ou alguns poucos que retornaram, como o caso do ex-Vice-Presidente da República, Marco Maciel. Dos 32 que buscavam a reeleição, apenas 14 conseguiram o intento, resultando numa renovação de quase 50% da Casa.

Porém, o que não escapa à mais simples observação é o aumento de 100% na representação feminina, agora somando 10 Senadoras. No mínimo, o que vai se expor à visão é um plenário mais colorido, que ganha mesmo um ar mais festivo, onde antes só havia senhores graves e circunspectos.

Quanto à origem ou formação dos senadores, o espectro, apesar de ainda ser conservador, com predominância de profissões ou atividades que sempre estiveram à frente na política, nota-se a ascensão de algumas novas modalidades profissionais, motivadas principalmente pela liderança sindical. Os advogados ainda mantêm a dianteira, seguidos dos professores, economistas, engenheiros, jornalistas, médicos, empresários, pecuaristas e administradores de empresas. Outras ocupações elegeram um representante: arquitetos, auditores fiscais, bancários, comerciantes, diplomatas, enfermeiros, escritores, metalúrgicos,

pastores evangélicos, policiais, produtores rurais, promotores de justiça, publicitários, químicos, serralheiros, teólogos e zootecnistas.

Aos observadores políticos não poderá escapar que esse caleidoscópio representativo se vai tornando a cada dia mais interessante e que o Senado vai ficando, assim, com a verdadeira feição do povo brasileiro.

## 6 OS FATOS RECENTES E A COBRANÇA DE UMA POSTURA ÉTICA PELOS FORMADORES DE OPINIÃO E PELA POPULAÇÃO

O reconhecimento de que o Parlamento se faz presente e participa ativamente para salvaguardar o bem comum vem ganhando destaque em todos os veículos de comunicação nos últimos tempos.

A seguinte manifestação se encontra em texto disponível na Internet, na página **Cidadão.net**, sob o título “Tudo como dantes: desde a rampa até o asfalto!”.

A criação da tão propalada corregedoria não teve outro, senão, um caráter eminentemente político? Não foi uma resposta política ao pedido de instauração da CPI da corrupção? Ou será que alguém, em sã consciência, realmente acredita que o poder central, no caso, o “supremo poder instituído” está interessado em investigar a si próprio? (...)

As comissões parlamentares de inquérito são – e devem ser – também um instrumento legítimo de pressão política da chamada sociedade civil sobre o Estado. As denúncias, as trocas de acusações, os fatos – cada vez mais rotineiros – levantados pela imprensa de modo geral, são demasiado graves para que o governo tente assenhorear-se das investigações.

Esse texto tem o seguinte endereço na rede mundial de computadores: [www.webamigos.net/marques/consciencia\\_texto2.shtml](http://www.webamigos.net/marques/consciencia_texto2.shtml) . Nele está expresso que o Parlamento é uma instância de investigação que consegue uma apuração mais efetiva dos fatos, e se manifesta a confiança do cidadão de que a CPI, uma instância apuradora do Poder Legislativo realmente funciona. É importante lembrar que o Poder Executivo criou a Corregedoria num momento em que se fazia forte a grita geral para apurar a corrupção no governo. Para evitar a apuração pelo Parlamento, que tem mostrado resultados importantíssimos, mesmo quando envolve personalidades poderosas, o governo houve por bem abafar a criação dessa CPI, colocando “panos quentes” na situação com a criação do órgão de investigação interna.

Todos temos acompanhado com atenção a participação do Senado nos mais importantes fatos políticos nos quais foi chamado a atuar nos últimos anos: o processo que resultou no *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, as CPIs dos precatórios, do sistema financeiro, do Poder Judiciário, e a dos esportes – só para ficar nas mais importantes e que garantiram a maior atenção do público, pelo destaque na mídia e pela cassação do mandato de um membro da Casa, o Senador Luiz Estevão, e a prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto. (Note-se que os membros do judiciário faziam parte de uma casta, uma categoria considerada até então intocável.)

Pouco tempo depois, o Senado foi obrigado a promover uma “faxina ética”, que recomendava cortar na própria carne. Primeiro, veio o escândalo do “painel de votação”, levando à renúncia dois dos mais destacados membros da instituição, os Senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, cujo processo estava caminhando no sentido de que lhes fosse tirado o mandato por quebra do decoro parlamentar. Também por este motivo, o



Senado estava em vias de cassação do mandato do Senador Jader Barbalho, então presidente da Casa, o que levou também esse senador, acusado de envolvimento em fraudes com recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a renunciar ao mandato de senador, evitando, dessa forma, o prosseguimento do processo político de cassação.

É importante ressaltar que, salvo as audiências em que a lei determina sigilo, todos esses processos são transmitidos ao vivo, pela TV Senado e pela Rádio Senado, propiciando o acompanhamento de todo o desenrolar do processo a qualquer cidadão interessado.

Entretanto, para dar mais credibilidade ao Congresso, já era tempo de modificar o instituto da imunidade parlamentar. A Constituição, no *caput* do artigo 53 estabelece que “os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas **opiniões, palavras e votos** (grifo nosso)”. Além disso, têm foro privilegiado, já que são submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Essa prerrogativa acabava sendo um sinônimo de impunidade, sendo o Congresso considerado um abrigo para alguns criminosos. Fatos recentes e a pressão da opinião pública e da mídia resultaram numa mudança significativa.

Se antes o Supremo Tribunal Federal devia pedir autorização para julgar os parlamentares à Casa a que pertenciam, autorização que quase nunca era apreciada, transformando-se numa situação de impunidade, conforme a capacidade do acusado de reeleição para mandatos subsequentes, agora, de acordo com o estabelecido na Emenda Constitucional n° 35, promulgada em 20 de dezembro de 2001, está muito mais difícil para os parlamentares que transgrediram a lei se manterem impunes.

Sendo acusado de crimes, o parlamentar sofre o devido processo no Supremo Tribunal Federal, que dá ciência à Casa a que ele pertence. Para que a ação seja suspensa, são necessários os votos da maioria dos membros da Casa. Se antes não se votava a autorização por inércia, agora se torna muito difícil a um parlamentar acusado de crime receber o apoio explícito da maioria dos membros da Câmara ou do Senado.

É mais um fator de peso a contribuir para a moralidade do Parlamento, configurando uma garantia de que os membros da instituição terão conduta compatível com a função que desempenham dentro e fora do Congresso.

## **7 FEEDBACK POSSIBILITADO PELO 0800**

O Serviço **0800 – A Voz do Cidadão** é mais um canal a aproximar o Senado Federal do comum das pessoas.

Funcionando 24 horas por dia, nos sete dias da semana, vem servindo de termômetro para avaliar o sentimento dos brasileiros em relação à Casa, ao mesmo tempo que faz com que as expectativas demonstradas por esse meio cheguem até os destinatários, ou seja, os senadores.

Criado em 1997, esse serviço vê a demanda crescer ano a ano, tendo recebido, apenas em 2002, 46.148 mensagens que requereram registro, conforme atesta relatório do órgão. Mas, computadas outras informações institucionais e sobre o trabalho dos senadores solicitadas, o número ascende a 102.611 chamadas.

É um número bastante expressivo, principalmente quando se leva em conta que os cidadãos têm ao seu alcance outros meios modernos de comunicação, como a Internet e o *e-mail*, cuja utilização também vem crescendo.

Porém o que nos interessa neste trabalho é obter uma idéia da penetração, e reação que causam no público a rádio e a TV Senado.

Como já mostramos anteriormente, a Rádio dispõe de um arquivo para as cartas recebidas, o que se deve principalmente à programação para a frequência de ondas curtas, que atinge os mais longínquos rincões do imenso território brasileiro.

Mesmo assim, das 22 mensagens recebidas pelo 0800 no ano de 2002 relacionadas à rádio, 16 (72,7%) constituem elogios à programação, mas nenhuma se manifesta em contrário, sendo que quatro reclamam do sinal, que não chega com a qualidade esperada, uma reclama de companhia telefônica, e outra manifesta insatisfação com respeito à tramitação de determinado projeto de lei.

Quanto à TV, gerou um número bastante superior de manifestações, num total de 401, apenas para o ano de 2002, sendo que 367 (91,5%) são opiniões totalmente favoráveis e apenas 34 críticas, em que sobressaem as reclamações sobre a qualidade da imagem. O interessante é que, em duas delas, há uma forte cobrança sobre a abertura da TV Senado a todas as classes socioeconômicas, já que, no *status* atual, a veiculação que se dá marcadamente por parabólica e por tv a cabo privilegia as classes mais altas. Comentários interessantes também são colocados em relação ao programa “Fala Cidadão”, em que determinados senadores são escolhidos para comentar questões colocadas pelo público telespectador. Há uma reclamação de que o programa estaria se repetindo demais e uma que contesta a escolha de determinado senador para falar sobre um assunto que poderia ser melhor esclarecido por outro senador que participava mais intensamente de comissão específica criada para esse assunto. Esse fato demonstra como há cidadãos que acompanham com interesse as atividades do Senado por meio da televisão.

Com relação às ligações para o serviço 0800 que se mostraram favoráveis à TV Senado, uma ampla maioria ligou apenas para elogiar a programação como um todo. O interessante nesta questão é que, ao contrário do que observamos em nosso cotidiano, quando as pessoas se vêem mais estimuladas para fazer ligações quando se trata de cobrar providências ou fazer reclamações, em relação à TV Senado salta aos olhos a diferença entre o que foi registrado como crítica ou opinião desfavorável e aquilo que foi anotado como favorável, sendo que as opiniões favoráveis constituíram mais de 90% do total de chamadas.

A grande maioria das chamadas se destinava apenas a elogiar a programação, mas também ficou muito visível que as pessoas se apegaram à TV Senado para assistir a programas de música clássica ou erudita, devido à falta de opções em outros canais. Daí, algumas mensagens manifestarem elogios à TV Senado pela importância em termos de difusão da cultura.

Podemos, também, com base nas mensagens em relação à TV, destacar alguns assuntos que elas abordam e, em ordem decrescente do número de manifestações recebidas, podemos agrupá-las segundo estes tópicos:

- conteúdo informativo, mostra aquilo que está acontecendo, noticiário confiável;
- acompanhamento dos trabalhos realizados no Senado Federal (uma menciona que as sessões plenárias constituem a parte de que mais gosta);
- elogio a entrevistas de senadores, políticos e especialistas;
- presta grande serviço ao país;

- cobrança de transmissão em canal aberto, para atingir todas as classes sociais;
- elogios ao programa “Fala, Cidadão”;
- programas sobre história do Senado e de outros aspectos da história do Brasil;
- transmissão das reuniões das comissões;
- poder acompanhar a atuação dos senadores representantes de seu estado;
- Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) – do futebol, de roubo de cargas;
- seminários realizados em dependências do Congresso – clonagem humana; discriminação e cotas para negros;
- informando que a TV Senado tem grande audiência no município onde reside;
- sugestão de levar a TV Senado para as escolas;
- elogio pela cobertura do Fórum Social Mundial.

Dessa forma, temos, ainda que por manifestação espontânea, comprovada a visibilidade que o Senado passa a ter depois da implantação de seus meios próprios de comunicação, facilitando o acesso do cidadão aos parlamentares e dando maior transparência às suas atividades, com amplos benefícios para a definição de sua imagem junto à população.

## 8 UMA PEQUENA AMOSTRA DE RECEPTIVIDADE

Para avaliar a receptividade da Rádio e da TV Senado, enviamos um questionário (ANEXO), por correio eletrônico, a um grupo de participantes de uma carreira do serviço público. É óbvio que se trata de pessoas de classe média, portanto com razoável poder aquisitivo e formação de nível superior, mas sem ligação com o Poder Legislativo.

De uma lista de pouco mais de 400 participantes (variável nessa faixa), foram devolvidos 39 questionários, uma amostra de quase 10% do grupo. Foram devolvidos 2 questionários em branco; 7 declararam conhecer apenas a TV Senado, mas a grande maioria, 30 pessoas (praticamente 77%) declarou conhecer os dois veículos. Como não foi perguntada a localidade de residência, é bem possível que os que não conhecem a Rádio Senado residam fora da capital da república.

As respostas sobre a Rádio apontaram os seguintes resultados: 10% declararam que não a ouvem nunca; 23% informaram que a ouvem sempre; e o restante, 67%, equivalente a dois terços, compõe-se de ouvintes ocasionais.

O que surpreende é que a parte preferida é a programação musical, seguida do noticiário. Seguem-se, então, as reuniões de comissões, as sessões de plenário e entrevistas. Apesar da surpresa pela preferência dos ouvintes, pode-se explicar a audiência da programação musical, por ser ela de ótima qualidade e apresentar muitos artistas brasileiros de valor inquestionável, mas que não tocam nas rádios comerciais. Outra explicação pode ser o fato de as pessoas ouvirem o rádio principalmente em seus automóveis nos dias atuais.

Quanto à TV Senado, dos 37 que declararam conhecê-la, 12, quase um terço do total, afirmaram que nunca assistem à sua programação; 6 informaram que são telespectadores assíduos; e 19 assistem ocasionalmente às transmissões dessa TV.

Com relação à preferência por itens da programação apresentados no questionário, houve muito equilíbrio, sendo que as reuniões de comissões e o noticiário venceram por margem de um ponto as sessões de plenário, que foram seguidas de perto pela programação musical e pelas entrevistas. O item “outros”, entre os quais se encaixam os documentários e reportagens, por exemplo, obteve 3 votos.

À questão “É importante que as instituições públicas disponham de meios de comunicação próprios?”, a grande maioria, 32 (pouco mais de 80%), afirmou concordar que é importante, apenas 4 (pouco mais de 10%) afirmaram que não consideravam importante, e 3 (aproximadamente 8%) não responderam.

Quanto à última questão: “Os meios de comunicação próprios ajudam o cidadão a formar uma imagem da instituição que se aproxime mais do que ela realmente significa?”, houve as seguintes respostas: 13 (33,3%) disseram concordar inteiramente; 18 (46,1%) concordaram em parte; 5 (12,8%) responderam que não; e 3 (7,8%) não responderam.



Sabemos que se trata de uma amostra qualificada, cujos resultados não podem simplesmente ser transpostos para toda a população. Constatamos, porém, que um terço dos pesquisados concordam plenamente com o papel dos meios de comunicação próprios para a definição da imagem; outros, 46,1%, quase a metade, portanto, acham que influenciam apenas em parte. Dessa forma, se não pode ser considerada essencial, no mínimo podemos dizer que o uso de meios de comunicação próprios contribui para a definição da imagem. São mais de 79% da amostra utilizada concordando em que existe, sim, uma relação entre meios de comunicação próprios e a imagem institucional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário ter em conta que esta análise se dá num determinado contexto social e histórico e que a imagem do Senado está sujeita aos mais diversos fatores e variáveis.

Conquanto o Senado disponha de um prédio de construção bela e majestosa, numa localização privilegiada, que lhe dá um destaque especial junto a outros órgãos de governo, num conjunto arquitetônico harmonioso com a Câmara dos Deputados, e apesar das instalações sabidamente suntuosas, esses são apenas os componentes que podemos considerar estáveis para a imagem da instituição.

Além disso, a par de concentrar, por assim dizer, a elite política do país, grande parte formada de ex-governadores de estados (às vezes, mesmo ex-presidentes, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, por exemplo), tem um corpo de servidores sobre os quais recai a pecha de privilegiados, que recebem altos salários do poder público. É o que a mídia divulga, para fazer crer que ali vive uma casta superior do serviço público, omitindo o fato de que a média remuneratória do Poder Judiciário costuma ficar acima da do Poder Legislativo.

Quanto à idéia de que o Senado era formado por anciãos, isso já não se sustenta. Dos 81 senadores atuais, apenas 6 já passaram dos 70 anos, o que dá 7,5% da composição da Casa.

Por outro lado, abaixo dos 50 anos, temos 23 Senadores, ou seja, quase 30% do total, o que significa muito, para cargos que têm estabelecida a idade mínima de 35 anos.

Se formos verificar os Senadores com idade até 60 anos, então, constataremos que são praticamente três quartos da composição da Casa, ou seja, 58 senadores. Levando-se em conta que é uma idade em que as pessoas ainda se encontram em pleno vigor da vida, é como se o Senado estivesse bebendo na fonte da juventude e regredindo em idade.

Isto, por um lado, pode contribuir para alterar a antiga idéia relacionada à origem da palavra (*senes* – do latim, que significa “velho, idoso”), com a conotação para o Senado de uma instituição onde se reúnem os anciãos veneráveis, as pessoas mais velhas da sociedade. Em nossos dias, o Senado está se tornando uma Casa onde se reúnem pessoas maduras, mas antenadas com o mundo à sua volta, com toda a tecnologia atual, mundo extremamente dinâmico e que exige das pessoas muito vigor, para acompanhar os numerosos acontecimentos que alteram a “cara” do mundo a cada dia.

Outro fato que também chama a atenção é o aumento do número de mulheres que chegam ao Senado. Hoje são dez representantes do sexo feminino, em uma Casa onde, há menos de duas décadas, era impensável que as mulheres detivessem força política suficiente para imporem sua participação. E algumas têm atuação destacada e marcante, como a ex-Senadora Benedita da Silva, a atual Ministra do Meio Ambiente e Senadora Marina Silva e a Senadora Heloísa Helena, conhecida por sua verve e eloquência.

Foi notável, também, o crescimento do Partido dos Trabalhadores na última eleição, minando o tradicionalismo e o conservadorismo que sempre caracterizaram o Senado e conseguindo, na atual legislatura, quase 20% das cadeiras.

Sabemos que a composição do Senado, como está, é mais representativa dos diversos setores da sociedade brasileira, e sua atuação vem merecendo a atenção não apenas dos veículos próprios de comunicação, mas de toda a mídia quando a instituição demonstra que trabalha seriamente.

É assim que se consegue a formação de uma imagem favorável pelo público.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 BAITELLO, Norval ... Junior. “O Olho do Furacão”. In: MOTTA, Luiz Gonzaga, WEBER, Maria Helena, FRANÇA, Vera, PAIVA, Raquel (orgs.). **Estratégias e Culturas da Comunicação**. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- 2 BANCO DO BRASIL. **A Mídia e a Construção da Imagem**. (Estratégia, Marketing e Comunicação – coord.). Brasília: Banco do Brasil, 2001.
- 3 **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.
- 4 FECHINE, Yvana. “Por uma Semiotização da Transmissão Direta.” In: MOTTA, Luiz Gonzaga, WEBER, Maria Helena, FRANÇA, Vera, PAIVA, Raquel. **Estratégias e Culturas da Comunicação**. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- 5 FIGUEIREDO, Rubens. **O que é Marketing Político**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).
- 6 IASBECK, Luiz Carlos Assis. “Dos Vícios e das Virtudes”. Disponível no *site* da Internet [www.usinadeletras.com.br](http://www.usinadeletras.com.br). Acessado em 06 de maio de 2003.
- 7 NEVES, Lúcia Maria B.B., MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- 8 SENADO FEDERAL. **Rádio e TV – Diagnósticos e Perspectivas** (Relatório da Comissão Especial de Análise da Programação de Rádio e TV, instituída em atendimento ao Requerimento nº 470/95). Brasília: Senado Federal, 1998.
- 9 SENADO FEDERAL. **TV Senado na Sua Cidade**. Brasília: Senado Federal, 1999.
- 10 SENADO FEDERAL. **Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro** (vol.I). Brasília: Senado Federal, 1998.
- 11 SENADO FEDERAL. **O Senado na História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002. 3ª ed. rev. e atual.

## ANEXO

### QUESTIONÁRIO ENVIADO E RECEBIDO POR CORREIO ELETRÔNICO

1 – Você conhece os seguintes meios de comunicação utilizados pelo Senado Federal:

a) Rádio Senado?     Sim                     Não

b) TV Senado             Sim                     Não

Obs.: Se você respondeu não a esses dois quesitos, pode encaminhar sua resposta agora.

2 – Você ouve a Rádio Senado?

sempre     às vezes (1 a 5 vezes ao mês)     quase nunca     nunca

3 – Que itens da programação mais lhe interessam? (É possível mais de uma opção.)

sessões de plenário

reuniões de comissões (permanentes ou temporárias – tipo CPI)

noticiário (jornal)

programação musical

entrevistas

outros .....

4 – Você vê a TV Senado?

sempre  às vezes (1 a 5 vezes ao mês)  quase nunca  nunca

5 – Que itens da programação mais lhe interessam? (É possível mais de uma opção.)

sessões de plenário

reuniões de comissões (permanentes ou temporárias – tipo CPI)

noticiário (jornal)

programação musical

entrevistas

outros .....

6 – É importante que as instituições públicas disponham de meios de comunicação próprios?

sim  não

7 – Os meios de comunicação próprios ajudam o cidadão a formar uma imagem da instituição que se aproxime mais do que ela realmente significa?

sim  em parte  não